

**OS DESAFIOS PARA O CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.146/2015 NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ITAPETINGA, BAHIA**

CHALLENGES TO COMPLY WITH LAW Nº 13.146/2015 IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN PUBLIC SCHOOLS IN ITAPETINGA, BAHIA

DESAFÍOS PARA EL CUMPLIMIENTO DE LA LEY Nº 13.146/2015 EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA-APRENDIZAJE DE ALUMNOS CON DISCAPACIDAD EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS DE ITAPETINGA, BAHÍA

Jusceleide Moreira de Souza<sup>1</sup> <https://orcid.org/0009-0000-3627-4503>  
Naiane de Araujo Guimarães Martins<sup>2</sup> <https://orcid.org/0009-0007-7223-2109>  
Wermerson Meira Silva<sup>3</sup> <https://orcid.org/0000-0001-8467-4827>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, Bahia, Brasil; [jusci\\_jesus@hotmail.com](mailto:jusci_jesus@hotmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, Bahia, Brasil; [naianeagm@gmail.com](mailto:naianeagm@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Itapetinga, Bahia, Brasil; [wermerson@uesb.edu.br](mailto:wermerson@uesb.edu.br)

**RESUMO:** O artigo analisa os principais desafios enfrentados pelas escolas públicas de Itapetinga (BA) para efetivar a inclusão de alunos com deficiência, conforme a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). O estudo destaca a importância do acesso ao ensino regular para alunos com diversas necessidades educacionais especiais (NEE), abordando aspectos como a necessidade de formação adequada dos professores, estrutura física das escolas, materiais didáticos adaptados e práticas pedagógicas inclusivas. A pesquisa foi qualitativa, do tipo estudo de caso, realizada com professores da Escola Girassol, e concluiu que, apesar dos avanços legais, a inclusão ainda enfrenta barreiras estruturais, culturais e pedagógicas que precisam ser superadas para garantir a equidade e a efetiva aprendizagem dos alunos com deficiência.

**Palavras-chave:** Escola Pública; Inclusão; Leis; Desafios.

**ABSTRACT:** This article analyzes the main challenges faced by public schools in Itapetinga (BA) to effectively include students with disabilities, in accordance with Law No. 13,146/2015 (Brazilian Law for the Inclusion of Persons with Disabilities). The study highlights the importance of access to regular education for students with various special educational needs (SEN), addressing aspects such as the need for adequate teacher training, the physical structure of schools, adapted teaching materials, and inclusive pedagogical practices. The research was qualitative, of the case study type, conducted with teachers from Escola Girassol, and concluded that, despite legal advances, inclusion still faces structural,

cultural, and pedagogical barriers that need to be overcome to ensure equity and effective learning for students with disabilities.

**Keywords:** Public School; inclusion; laws; challenges.

**RESUMEN:** El artículo analiza los principales desafíos que enfrentan las escuelas públicas de Itapetinga (BA) para incluir efectivamente a los estudiantes con discapacidad, de acuerdo con la Ley nº 13.146/2015 (Ley Brasileña de Inclusión de Personas con Discapacidad). El estudio destaca la importancia del acceso a la educación regular para estudiantes con diversas necesidades educativas especiales (NEE), abordando aspectos como la necesidad de una adecuada formación docente, estructura física de las escuelas, materiales de enseñanza adaptados y prácticas pedagógicas inclusivas. La investigación fue cualitativa, del tipo estudio de caso, realizada con docentes de la Escola Girassol, y concluyó que, a pesar de los avances legales, la inclusión aún enfrenta barreras estructurales, culturales y pedagógicas que necesitan ser superadas para garantizar la equidad y el aprendizaje efectivo de los estudiantes con discapacidad.

**Palabras clave:** Escuela Pública; inclusión; leyes; desafíos.

## Introdução

Segundo Mantoan e Pietro (2006), no Brasil, tem se intensificado, nas últimas décadas, especialmente nas décadas de 2010 e 2020, o debate sobre a Educação Inclusiva em virtude das leis que buscam corrigir os equívocos cometidos com a educação das Pessoas com Deficiência – PCD.

Os discursos gerados em torno da temática são diversos, sendo alguns mais idealistas, por acreditarem que a inclusão já aconteceu pelo simples fato de muitos alunos estarem inseridos na escola regular, outros mais realistas, por acreditarem que a escola sozinha não consegue promover a inclusão, visto que não tem dado conta de atender nem aos alunos ditos “normais”, quanto mais aos alunos com deficiência.

Crochik (2015, p. 51) vem dizer que a educação inclusiva é um movimento importante, mas tem seus limites indicados socialmente. Da mesma forma que não se pode negar sua importância, não se deve aceitá-la sem questionar esses limites, seria um “otimismo resignado em relação à verdadeira fonte de injustiça social: a desigualdade provocada socialmente e reproduzida pelos homens”.

Assim, se faz necessário lançar um olhar crítico-reflexivo para a situação atual em que se encontram os alunos considerados como PCD. Para tanto, é preciso encontrar respostas para questionamentos diversos acerca do assunto em debate, dentre eles: como efetivar políticas de educação inclusive em um contexto educacional altamente excludente, no qual a educação é regida pela lógica neoliberal, a lógica do mercado? Uma vez que é sabido, por

OS DESAFIOS PARA O CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.146/2015 NO PROCESSO DE ENSINO -  
APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ITAPETINGA,  
BAHIA

Jusceleide Moreira de Souza • Naiane de Araujo Guimarães Martins • Wermerson Meira Silva

todos, que ao governo interessa os resultados, os números, e as pessoas com deficiência estão longe de alcançarem destaque nas avaliações externas, pois, ao contrário, elas fazem parte da “banda excluída”, geralmente esquecida pelos agentes governamentais.

Diante deste contexto, emerge a inquietação acerca das nuances que envolvem os desafios para o cumprimento da Lei nº 13.146/2015 no processo de ensino-aprendizagem dos alunos PCD nas escolas públicas. E a busca pela compreensão deste cenário envolve verificar como as metodologias voltadas para atendimento de alunos em salas de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental I tem sido desenvolvidas.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva sob a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assegura o acesso ao ensino regular a alunos com deficiência (intelectual, física, auditiva e visual), com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, entre outros, desde a Educação Infantil até à Educação Superior. Desse modo, ao abordar a responsabilidade e o compromisso de propiciar a inclusão, faz-se necessário reconhecer o direito de todas as crianças e jovens aos componentes curriculares como uma forma de garantia indispensável.

Assim, o estudo teve como objetivo geral refletir sobre os desafios para o cumprimento da Lei nº 13.146/2015 no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com NEE das escolas públicas de Itapetinga – BA e de maneira específica, objetivou-se analisar a inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais na perspectiva da Lei nº 13.146/2015; refletir sobre a ação educativa proposta pela Lei nº 13.146/2015 como fator influenciador no processo de inclusão de alunos PCD das escolas públicas de Itapetinga - BA, como um meio de superação de obstáculos, inserção, saúde, equilíbrio, independência e autonomia e discutir o processo de ensino – aprendizagem de alunos PCD nas escolas públicas de Itapetinga – BA com Currículo Regular sob a perspectiva da Lei nº 13.146/2015.

Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de campo dentro de uma perspectiva qualitativa, buscando compreender e analisar como a Lei nº 13.146/2015 contribui para a inclusão de alunos com necessidade educativa especial, bem como para a efetivação da Lei da Educação Inclusiva que prioriza o atendimento dos alunos PCD, deficiências, altas habilidades e/ou transtornos globais do desenvolvimento em sala de aula, bem como as suas contribuições no processo de ensino – aprendizagem e da formação de todo o grupo de educandos.



O desenvolvimento deste trabalho se deu dentro do campo investigativo das escolas da Rede Pública Municipal de Itapetinga-BA, que possuem alunos PCD matriculados. Como técnica de pesquisa optou-se pela aplicação de um questionário para seis (06) professores das Escolas Públicas do referido município, que trabalham com alunos PCD no Ensino Fundamental, pois o questionário, segundo Gil (2009), é uma técnica de investigação com questões que possuem o propósito de obter informações, gerando os dados necessários para se atingirem os objetivos de um estudo, sendo muito importante na pesquisa científica, especialmente na área educacional.

Outro mecanismo de coleta de dados utilizado foi a observação nas salas de aulas do currículo regular e nas salas de Atendimento Educacional especializado - AEE, no sentido de tentar perceber com maior consistência como se desenham as relações aluno-aluno e aluno-professor na perspectiva inclusiva, analisando como as experiências diárias dos sujeitos, identificando quais as barreiras que comprometem a efetivação de uma pedagogia que contemple as diferenças.

Salientamos que a estrutura deste trabalho compõe-se: da primeira seção, que apresenta a parte introdutória constituída com a justificativa, os objetivos, a metodologia e com a concepção teórica inicial. A Segunda seção apresenta o referencial teórico tendo como finalidade a contemplação dos desafios para o cumprimento da Lei nº 13.146/2015 no processo de ensino-aprendizagem das PCD nas escolas públicas municipais de Itapetinga – BA. A terceira seção, apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. A quarta seção apresenta a análise dos dados e, por fim, encontram-se as considerações finais, revelando os desafios encontrados para a efetivação da Lei nº 13.146/2015 no município de Itapetinga – BA, no universo da sala de aula da escola pública municipal.

## **Histórico e Legislação da Educação Especial**

Segundo Correia (1997), a Educação Especial tem a sua história remotamente ligada à idade antiga onde eram comuns as práticas de exclusão das crianças que nasciam com alguma deficiência. Por exemplo, em Esparta, antiga Grécia, a grande maioria das crianças deficientes eram abandonadas em montanhas bem altas e desertas, a própria sorte, e geralmente morriam de fome ou eram devoradas por animais.

Na Roma antiga, as crianças que possuíam alguma deficiência, eram jogadas nos rios mais fundos, ou de penhascos bem altos. “Os egípcios matavam seus deficientes com

marretadas na cabeça e os enterravam em urnas nos sarcófagos, acreditando que assim, a alma se purificaria e voltaria perfeita em beleza e inteligência” (CORREIA, 1997, p. 56).

Assim, fica evidente que através dos registros a comprovação de que que vem de longo tempo a resistência à aceitação social das pessoas deficientes, e que suas vidas sempre foram ameaçadas. Misés (1977, p. 14), demonstra o pensamento daquela época:

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas, asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis, ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas diante da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.

Segundo Ferreira (1994), o atendimento a pessoa com Necessidades Educacionais Especiais tem a sua história, no mundo ocidental, iniciada na metade do século XVI quando a questão da diferença ou a fuga ao padrão considerado normal vai passar da órbita de influência da igreja para se tornar objeto da medicina.

No século XVII e meados do século XIX, dá-se o início da fase chamada de institucionalização, diante da segregação das pessoas deficientes em instituições residenciais. Logo no início do século XX, surgem as escolas e as classes especiais dentro das escolas públicas, visando oferecer ao deficiente uma educação diferenciada.

Jean Marc Itard, (1774-1838) no início do século XIX, passa a ser considerado o pai da educação especial, após desenvolver tentativas de educar um menino de 12 anos chamado Vitor, o menino lobo (menino considerado com deficiência mental profunda, criado por lobos na floresta). Esse caso ficou conhecido como o caso do Selvagem de Aveyron. Itard foi reconhecido como o primeiro estudioso a usar um método sistematizado para ensinar deficientes. Ele acreditava que a inteligência de seu aluno “retardado” era educável. Até os dias atuais ele é referência para os estudiosos (Jannuzzi, 1992).

Segundo Mendes (2001, p. 28), a inclusão se fundamenta numa filosofia que “reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo no grupo social”. Desta forma, uma escola regular única, capaz de atender todas as crianças cuja determinação da Declaração de Salamanca, traz no seu texto que se deve colocar um fim nas discriminações e construir comunidades inclusivas com um modelo econômico mais acessível.

A concepção da inclusão de alunos com deficiência nas escolas de currículo regular e o desenvolvimento do processo de ensino e da sua aprendizagem perpassa pela necessidade de

se ter uma compreensão do que de fato é “deficiência”. Para Otto Marques da Silva (2009), as deficiências e doenças sempre fizeram parte da vida, sendo “tão antigas quanto a própria humanidade”, manifestando-se em certos indivíduos e dificultando a sua sobrevivência, seja em razão da sua limitação, seja pelo tratamento de exclusão que experimentam na sociedade à qual pertencem.

Segundo Diniz (2003), deficiência não pode ter o seu conceito relacionado apenas às lesões, perdas ou alterações orgânicas, porém com os processos sociais que tornam a pessoa com deficiência em uma condição de inferioridade.

Deve-se entender deficiência como um conceito amplo e relacional. É deficiência toda e qualquer forma de desvantagem resultante da relação do corpo com lesões e a sociedade. Lesão, por sua vez, engloba doenças crônicas, desvios ou traumas que, na relação com o meio ambiente, implica em restrições de habilidades consideradas comuns às pessoas com mesma idade e sexo em cada sociedade. Lembro que deficiência é um conceito aplicado a situações de saúde e doença e, em alguma medida, é relativo às sociedades onde as pessoas deficientes vivem (Diniz, 2003, p. 1).

A deficiência não deve ser entendida como incapacidade, pois a inclusão escolar vem como uma possibilidade de legitimar uma educação de qualidade, mais justa e igualitária, de modo a assegurar o direito de todos, inclusive os alunos com NEE, pertencerem a uma escola de Currículo Regular (Facion, 2012), porque a escola deve fazer parte de um projeto equânime, que abrange o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todos no ensino regular, independentemente de qualquer característica ou limitação humana.

Desta forma, a educação inclusiva deve priorizar uma educação centralizada na cidadania global, plena, livre de preconceitos e capaz de reconhecer e valorizar as diferenças dos indivíduos.

Assim, segundo Brasil (2008, p. 1),

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Assim, é válido destacar que o desafio da inclusão está centrado na reestruturação do sistema educacional para que venha responder a uma gama inteira de alunos considerados PCD. Logo, faz-se necessário encontrar mecanismos capazes de impedir a rotulação destes alunos.

## **Movimento de inclusão embasado na lei nº 13.146/2015**

A história da Educação Especial no Brasil teve início no século XIX; anteriormente, as pessoas com deficiência eram vítimas de abandono e negligenciadas. De acordo com Mazzotta (2005), por insistência do imperador Dom Pedro II e seguindo o movimento europeu, foi criado pelo Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamin Constant), e três anos depois, em 26 de setembro de 1857, fundou o Instituto de Surdos-Mudos (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES).

A Constituição Federativa do Brasil de 1988 traz em seu texto no “CAPÍTULO III – Da Educação, da Cultura e do Desporto; SEÇÃO I – Da Educação” (Brasil, 2016a, p. 123) os direitos à rede regular de ensino a todos os alunos.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 2007, art. 208).

A Constituição tornou-se um grande marco para a Educação Especial, pois promoveu o acesso e a participação da inclusão das Pessoas com Deficiência, tratando-as com olhar para além do assistencialismo, relacionando ao cuidar, apresentando uma relação de educação de inclusão social preparando-as para a sociedade e respeitando suas especificidades.

A legislação contemporânea evoca o direito de todos à educação e principalmente a inclusão das pessoas com deficiência no processo educacional. Mittler (2003) apresenta a ideia de que a inclusão escolar tem como objetivo a garantia do acesso e da participação de todos os alunos em todas as possibilidades de igualdade de oportunidades oferecidas pela escola, impedindo a segregação e o isolamento. Continua o autor:

Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias linguísticas e étnicas, aqueles com deficiência ou

OS DESAFIOS PARA O CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.146/2015 NO PROCESSO DE ENSINO -  
APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ITAPETINGA,  
BAHIA

Jusceleide Moreira de Souza • Naiane de Araujo Guimarães Martins • Wermerson Meira Silva

dificuldades de aprendizagem, aqueles que se ausentam constantemente das aulas e aqueles que estão sob o risco de exclusão (Mittler, 2003, p. 25).

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien de 1990 (BRASIL, 1990), influenciou a elaboração do texto da Lei nº 8.069/1990 que gerou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando os direitos e deveres de crianças e adolescentes no Brasil, elaborado com leis específicas para salvaguardar os direitos e deveres da criança e do adolescente incluindo as Pessoas com Deficiência, como são mencionados no documento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva (Brasil, 2007, p. 7).

Assim, as crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos conforme apregoa o art. 3º, ou seja, pessoas que têm os seus direitos garantidos por lei.

Em 1994, a Declaração de Salamanca procurou realizar o compromisso de oferecer educação para todos, pois antes da Declaração só havia preconceito entre as pessoas e este documento veio para amparar pessoas com necessidades especiais, fazendo com que direitos de cidadãos fossem efetivados.

Dentre as diversas necessidades especiais existem as educacionais, que segundo Mazzotta (1982) são aquelas observadas no ambiente escolar, nas trocas e vivências dos alunos que apresentem desvios acentuados, sejam eles de natureza física, intelectual, emocional ou sociocultural. A partir daí surge o direito a todas as pessoas com NEE fazerem parte da Educação Básica, tendo a oportunidade de se desenvolver em um ambiente sem discriminação e acolhedor.

Segundo Bertazzoli (2009), a inclusão escolar é um assunto que vem ganhando destaque nas discussões e tem se mostrado de fundamental importância. Algumas documentações e legislações como a Constituição Federal de 1988, o Plano Decenal de Educação para Todos e os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação de 1999 ressaltam e afirmam o direito à educação para todos os cidadãos. De acordo com estes, todos os alunos devem ser recebidos pela escola, indiferentemente de suas condições mentais, sociais e físicas.



No Brasil, segundo Souza (2011) um fato de grande relevância que marcou a história da educação foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394, em 1996, que trazia no seu texto a garantia do direito da criança com deficiência, seja ela física, mental e sensorial, de estudar em classes comuns do Ensino Regular e que estas tenham serviços de apoio especializado. Desta forma, os alunos que, até então, foram excluídos do contexto da Educação Básica deveriam participar de instituições para pessoas com deficiência, tendo assim, seu direito de acesso à educação dita “normal”, assegurado por Lei.

Pereira e Duarte (2021) acreditam que a inclusão também está sob a atuação do governo estadual, através do Programa de Apoio aos Municípios (Proam), contribuindo com a coordenação das ações de elaboração/adequação dos Planos Municipais de Educação, demonstrando os procedimentos utilizados para essa coordenação e gestão das políticas públicas educacionais, principalmente para a inclusão de PCD.

A inclusão escolar é um evento que para acontecer necessita que o educador, dentro do possível, possibilite uma melhor orientação aos pais dos alunos com deficiência sobre como estes responsáveis podem estruturar os ambientes residenciais, tendo em vista o favorecimento da sua melhor adaptação no âmbito escolar.

A Declaração de Salamanca de 1994, foi um dos principais marcos históricos da inclusão escolar, pois foi um documento mundial que traz em todo o seu texto a importância das pessoas com NEE receberem a mesma educação que todos os outros alunos, desprovida de qualquer forma de segregação (Silva, 2012). A partir daí a Educação Inclusiva passou a ser presente no meio educacional, sendo amparada por uma legislação pautada em leis e decretos determinando um atendimento adequado aos alunos com NEE.

No Brasil, um documento que trouxe um enfoque diferenciado para a educação inclusiva foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9293/96, que trata da reorganização da rede regular de ensino e das classes e/ou escolas especiais para o atendimento inclusivo. Em seu Artigo 4º, inciso III regulamenta o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996).

No ano de 2008, aconteceu a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, buscando a possibilidade de realizar a orientação dos sistemas de ensino a prover respostas adequadas às NEE e acerca das condições necessárias ao acesso à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio, participação e

promoção da aprendizagem (Brasil, 2008). Vale destacar que essa política teve grande impacto na área inclusiva sob dois aspectos: o primeiro relaciona-se ao encontro com as práticas de exclusão dentro e fora do contexto escolar e, o segundo, incide sob os princípios que perpassam sob a equidade no ambiente educacional, fazendo com que todos se sintam pertencentes ao processo educativo.

No ano de 2014, no Brasil, por meio de Lei nº 13.005 de 25 de junho, aconteceu a aprovação do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, que é a regulamentação mais recente que norteia a organização do sistema educacional. O texto deste documento legal apresenta 10 diretrizes e 20 metas, sendo a meta 4 relacionada à Educação Inclusiva, com o objetivo de versar sobre a necessidade de universalizar o acesso à Educação Básica no Sistema Regular de Ensino, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação. O PNE também trata do Atendimento Educacional Especializado (AEE), como garantia de um sistema inclusivo, com salas de recursos multifuncionais, serviços, classe ou escola especializada (Brasil, 2014).

Esse documento, entre outras metas e propostas inclusivas, estabelece a nova função da Educação Especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao Ensino Superior); buscando realizar o AEE; disponibilizando os serviços e recursos próprios do AEE e orientando os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do Ensino Regular. Neste sentido, é possível dizer que o aluno com NEE está matriculado na escola de currículo regular, todavia tem a sua disposição o AEE, como uma forma de atender a sua necessidade específica junto ao currículo regular.

Outro documento norteador da Educação Inclusiva, pertencente à legislação brasileira, é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015, sancionada em 2015. De acordo com o Artigo 1º, essa lei foi criada com o objetivo de promover a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania das pessoas com deficiência. Ressaltando que o capítulo IV refere-se ao direito à educação, tendo por base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que envolve a Educação Inclusiva e de qualidade em todos os níveis, garantindo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem, através do AEE, materiais didáticos e a oferta de serviços adequados, entre outros.

Segundo Facion (2012), esses documentos são de grande significância por possibilitar um novo olhar para os alunos com NEE, priorizando o atendimento de qualidade a

ser realizado no sistema regular de ensino. Desta forma, o processo educativo inclusivo pode definir que a inclusão de alunos com necessidades especiais nos espaços educacionais incide sobre conhecimentos, recursos e práticas específicas dos profissionais envolvidos neste processo educativo.

Em 2020 foi publicado o Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020, instituindo a Política Nacional de Educação Especial de forma equitativa, inclusiva e com aprendizado sob a perspectiva ao longo da vida. Entretanto, esta nova política trouxe conceitos e direções muito genéricas, caminhando em contradição à intencionalidade do processo de inclusão, conferindo uma grande estagnação e fragmentação das políticas educacionais inclusivas.

A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015, sancionada em 2015 foi outro documento legal norteador da educação inclusiva brasileira, que no seu Artigo 1º dessa lei foi criada com a finalidade de promover a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania das pessoas com deficiência. Ressaltando que, o capítulo IV refere-se ao direito à educação, tendo por base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, como uma forma de envolver a educação inclusiva e de qualidade em todos os níveis, garantindo acesso e permanência.

## **Os desafios para o cumprimento da Lei nº 13.146/2015 no processo de ensino e aprendizagem das PCD**

A promoção da inclusão na atualidade tem perpassado por um grande desafio na sociedade, pois a época exige a efetivação do processo inclusivo pautado no respeito às diferenças diante da reivindicação feita pela sociedade, a fim de que, esta, se torne mais justa e igualitária para todos. Nesse sentido, a ideia de inclusão social tem como objetivo precípuo, realizar o acolhimento da diversidade humana nos diversos ramos de atividades, “estruturando-se para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados” (Werneck, 1999, p. 108).

Assim, o direito à educação não está ligado diretamente à inclusão, uma vez que incluir vai muito além de reunir alunos com características peculiares no Ensino Regular, pois a inclusão tem uma ligação íntima com a mudança da perspectiva educacional, de modo a alcançar e possibilitar uma maneira para todos desenvolver o processo de aprendizagem. Portanto, torna-se fundamentalmente importante a proposta de uma reflexão acerca da inclusão da atualidade, pois grande parte das não possuem condições físicas, estruturais e didático-pedagógicas para atender a todos (Mantoan, 2015).

Galery (2017, p. 50) traz uma concepção de que a inclusão dos alunos com NEE “[...] implica repensar a pedagogia e a didática de modo que todos possam aprender conjuntamente”. Portanto, se faz necessário pensar em estratégias, metodologias e meios para que todos os alunos sejam capazes de aprender de forma conjunta, como uma forma de adaptar as situações didáticas à realidade concreta, de modo que todos estejam no mesmo nível de aprendizagem.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva sob a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assegura o acesso ao ensino regular a alunos com deficiência (intelectual, física, auditiva e visual), com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, entre outros, desde a Educação Infantil até à Educação Superior. Desse modo, ao abordar a responsabilidade e o compromisso de propiciar a inclusão, faz-se necessário reconhecer o direito de todos os alunos aos componentes curriculares como uma forma de garantir o direito e qualidade na aprendizagem.

A Educação Inclusiva deve priorizar o ritmo da criança, procurando estimular adequadamente o desenvolvimento de suas habilidades, portanto, precisa considerar as suas especificidades. Desta forma, o ensino deve despertar o interesse das crianças com NEE, exigindo, por isso, uma reorganização das escolas e uma nova proposta curricular, buscando transformar as instituições, como uma forma de fazer com que as mesmas sejam espaços de formação com a oferta de um ensino de qualidade inclusivo para todos os alunos que se encontram inseridos no seu contexto.

Um dos grandes avanços da educação especial no Brasil foi a implantação no ano de 2008 do AEE – Atendimento Educacional Especializado, objetivando dar suporte para as Pessoas com Deficiência e facilitar o acesso ao currículo. Em outras palavras, o AEE é um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Como uma forma de se obter uma efetiva aprendizagem, principalmente dos aspectos socioafetivos, é necessário que sejam realizados trabalhos em grupos, propor trabalhos que proporcionem situações problemas cotidianos que valorizem os aspectos comunicativos e de cuidados pessoais são essenciais para fortalecer a autonomia da criança com NEE.

A Lei nº 13.146/2015 preconiza que a escola, no Brasil, deve disponibilizar os aparatos necessários (profissionais de apoio, sala de recursos, material adaptado, ensino da língua brasileira de sinais – libras, adoção do sistema braile e espaço físico com acessibilidade sem cobrança de qualquer taxa extra) para que haja a efetivação da educação inclusiva. Entretanto, o que é comum na prática é a existência de uma educação inclusiva sem muita eficácia, pois ainda existe a recusa de adaptações razoáveis e necessárias a uma pedagogia inclusiva que proponha estratégias educativas de acesso aos alunos com NEE.

## **Gestão escolar e a inclusão dos alunos da educação especial**

Na contemporaneidade, a sociedade vem passando por importantes e determinantes transformações. A instituição de ensino também sofre essas interferências que passam a exigir a atualização dos processos pedagógicos e de seus profissionais para o exercício da gestão escolar. Neste contexto, torna-se cada vez mais frequente a utilização do termo gestão para definir o gerenciamento e organização de diferentes situações e procedimentos da tomada de decisão, organização e direção do espaço escolar.

Etimologicamente falando o vocábulo gestão, segundo o dicionário Aurélio (1977, p. 273) significa o “ato de gerir, gerenciar”. Na concepção de Libâneo gestão pode ser entendida como “os processos intencionais e sistemáticos de se chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar caracterizam a ação que denominamos gestão” (Libâneo, 2004, p. 101).

O processo de gerir a escola deve estar pautado em um fazer coletivo, onde cada integrante deve possuir uma função para tornar possível a participação de toda a comunidade nas decisões de ideias a serem realizadas com vistas a alcançar um melhor desempenho no funcionamento da organização escolar, culminando com o processo de democratização da escola.

Para Freitas e Pilla (2006), a democratização da educação está pautada nas reivindicações dos movimentos democráticos dos anos oitenta, onde procuraram pautar sobre duas questões básicas: a participação da população nos diferentes níveis de decisão e a qualidade do ensino oferecido. Logo, a gestão democrática da educação estabelecida pela Constituição Federal - CF/88 e respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB procurou instituir mecanismos de participação na instituição de ensino.

Assim, é possível inferir que o espaço educativo precisa ter a liderança de um gestor comprometido com a qualidade da educação e com as transformações sociais que possibilita o

avançar o aluno nos mais variados aspectos: social, político, intelectual e humano. Organizar o trabalho pedagógico requer enfrentar contradições oriundas das diversas realidades que se encontram numa escola pública, daí a necessidade de a escola educar para a democracia.

O conceito de gestão, tende está ligado à ideia de administração, que, por sua vez pode ser identificada com o uso de um conjunto de estratégias e ferramentas, a fim de alcançar os objetivos, que visem êxito, qualidade e resultados positivos de uma organização.

Por fim, é correto dizer que a Gestão Democrática prevê a participação social nas tomadas de decisões; na administração dos recursos financeiros, desde a destinação e até a fiscalização, como também nas necessidades dos investimentos e na avaliação geral da escola. Desta forma, este modelo de gestão propõe uma educação com um relevante valor social, ou seja, uma escola, cuja construção se dá a partir de uma ação coletiva, cujo objetivo maior é formar cidadãos responsáveis e honestos com vistas para uma escola mais igual, mais justa e mais participativa.

## Metodologia

O aporte metodológico desta pesquisa se consolidou com a realização de um estudo sobre a importância da Lei nº 13.146/2015 como ferramenta para se propiciar a inclusão das PCD, nas escolas públicas municipais. Uma vez que a inclusão pode ser considerada como um meio de fornecer ao aluno um ambiente agradável, motivador, planejado e enriquecido, que possibilita a aprendizagem de várias habilidades.

Este estudo se desdobrou com a realização de uma pesquisa com abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, a partir da análise dos dados existentes na Rede Pública Municipal de Ensino de Itapetinga, com a aplicação de um questionário para os professores da Escola Girassol, como instrumento para a coleta de dados, bem como um levantamento bibliográfico que serviu de suporte para a elaboração do trabalho monográfico. Segundo Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa é caracterizada pelo trabalho de campo, supondo o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada. Sendo assim, este tipo de pesquisa considera o ambiente natural, como sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.

Na concepção de Ludke e André (1986, p. 17), “o estudo de caso sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular”. Nestes termos, este trabalho foi delineado como um estudo de abordagem

qualitativa, por entender que este tipo de pesquisa interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado, onde os fatores levados em consideração são: pedagógicos, sociais, políticos, ideológicos, e somado a isso a interação entre o pesquisador e os pesquisados dentro do ambiente.

### **Lócus da Pesquisa**

A realização desta pesquisa teve início no segundo trimestre de 2023, sendo que seu trabalho de campo se deu no período de 01 à 16 de outubro do ano em curso, tempo necessário para realização de estudos e coleta de dados, elaboração.

O processo de coleta ocorreu em Itapetinga, um município brasileiro no interior da Bahia. Pertence a Mesorregião do Centro-Sul Baiano e a Microrregião de Itapetinga, a distância do município para a capital do estado é de 562 km. A sua população em 2020, segundo estimativa populacional do IBGE, era de 76 795 habitantes, sendo assim a 26ª cidade mais populosa da Bahia.

A cidade conta com um *campus* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), que oferece os cursos de Engenharia Ambiental, Engenharia de Alimentos, Zootecnia, Pedagogia, Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), Química (Bacharelado e Licenciatura), Especialização e Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Mestrado e Doutorado em Zootecnia e em Engenharia de Alimentos.

Quanto ao *locus*, trata-se de uma pesquisa de campo na Escola Girassol no município de Itapetinga – BA com o objetivo de realizar uma análise reflexiva sobre os os desafios para o cumprimento da Lei Nº 13.146 no processo de ensino-aprendizagem das PCD. A Escola Girassol atende cerca de 350 alunos com faixa etária dos 06 aos 16 anos, nos turnos matutino e vespertino.

### **Sujeitos da Pesquisa**

Constituíram-se sujeitos participantes desta pesquisa, os professores da Escola Municipal Girassol, totalizando 06 professoras, sendo 03 do turno matutino e 03 do vespertino, para responder um questionário. Tomou-se o cuidado de consultar as professoras a respeito do seu livre consentimento, para que pudesse realizar a aplicação do questionário

acordou-se também que suas identidades seriam preservadas e por isso foram alcunhadas com nomes fictícios com utilização de letras.

Vale ressaltar que as professoras pesquisadas têm idade variável entre 36 e 58 anos, são todas casadas, graduadas em Pedagogia, servidoras públicas efetivas e com mais de 15 anos de exercício da docência na modalidade Ensino Fundamental, séries iniciais na Rede Pública Municipal de Ensino de Itapetinga – BA.

### **Instrumentos de Pesquisa**

O presente estudo valeu-se basicamente do questionário como instrumento de coleta de dados para a pesquisa. Esse instrumento constituiu-se como uma técnica de pesquisa fundamental para alcance dos objetivos propostos neste estudo. Este instrumento foi escolhido pela sua validade em estudos de caso e por permitir um contato direto com a fonte de pesquisa oferecendo elementos significativos para análises e interpretações das variáveis inerentes ao processo, especialmente por se constituir um estudo de abordagem qualitativa.

O questionário pode ser considerado como um dos instrumentos mais utilizados e de maior importância na obtenção de dados relacionados às pesquisas sociais. Vale ressaltar que operacionalmente, o questionário é constituído por um conjunto de perguntas ou questões padronizadas e predefinidas, que visa mensurar atributos ou características relacionadas a pessoas, organizações, processos ou fenômenos.

Ainda, o questionário pode ser desenvolvido para coletar dados por meio de métodos técnico-científicos. Assim, criar um questionário pode ser considerado como um processo complexo que abarca a redação de questões ou de perguntas, levando em conta a ordem, a apresentação, a administração (aplicação) e a coleta (MURRAY, 1999). Optou-se por fazer a aplicação do questionário por ser o que melhor permitiria ter acesso às opiniões de cada professora pesquisada, por ser uma técnica em que as pessoas ficam mais à vontade para apresentar sua opinião além de ser preservada a sua identidade.

A aplicação do questionário para os agentes pesquisados teve como objetivo conhecer as suas concepções em relação aos desafios para o cumprimento da Lei Nº 13.146 no processo de ensino-aprendizagem das PCD nas escolas públicas municipais de Itapetinga – BA, destacando os alunos TEA. Segundo Fazenda (2001), perguntas acadêmicas conduzem a caminhos previsíveis, procurando por mão única esclarecer uma realidade. Perguntas que transgridam essa lógica exigem respostas interdisciplinares.

Assim, o questionário se apresenta como um instrumento de coleta de dados com grande potencialidade para o universo da pesquisa, podendo fornecer dados estruturados para posterior análise. A utilização do questionário necessita levar em conta a sua construção, requerendo, por isso, cuidados relacionados a sua estrutura, a elaboração de questões, ao ordenamento das questões, aos aspectos éticos envolvidos, a atenção a testes já validados anteriormente. Esses aspectos nortearam a coleta das informações necessárias aos objetivos da pesquisa para subsidiar a posterior análise dos dados.

### **Coleta de Dados**

O processo de coleta de dados constituiu da forma mais natural possível, uma vez que, com o intuito de divulgar os desafios para o cumprimento da Lei nº 13.146 no processo de ensino-aprendizagem das PCD nas escolas públicas municipais de Itapetinga – BA, é que foram mostrados os dados coletados, a fim de serem analisados. Esta análise teve embasamento nas leituras realizadas sobre o tema, do mesmo modo que foi fundamentada nas observações que ocorreram durante o processo de elaboração deste trabalho investigativo. Para isso, utilizou-se da aplicação de um questionário para os agentes pesquisados.

O questionário foi utilizado por ser também um instrumento básico para a coleta de dados. A aplicação do questionário se desenrolou a partir de um esquema básico, tendo como foco direcionado aos professores da escola pesquisada como uma forma de analisar a visão destes agentes pesquisados acerca dos desafios para o cumprimento da Lei nº 13.146 no processo de ensino-aprendizagem das PCD nas escolas públicas municipais de Itapetinga – BA.

A aplicação do questionário para os agentes da pesquisa transcorreu num clima agradável e de aceitação mútua, onde as informações fluíram de maneira considerável e notável, permitindo correções, esclarecimentos e adaptações que a tornaram mais eficazes na obtenção das informações desejadas, ganhando vida quando se iniciou o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado.

### **Procedimento na Análise dos Dados**

Os registros dos dados ocorreram em paralelo ao processo investigativo, sendo documentada passo a passo cada fase da pesquisa, a fim de não deixar perder, no labirinto da memória, fenômenos importantes que o tempo insiste em jogar no esquecimento.

Após a coleta, os dados foram catalogados, interpretados e analisados com base no referencial teórico, que permitiu uma compreensão mais aguçada a respeito dos desafios para o cumprimento da Lei nº 13.146 no processo de ensino-aprendizagem das PCD nas escolas públicas municipais de Itapetinga – BA.

No processo de análise de dados, foi estabelecida 01 categoria básica, que foi as professoras do Ensino Fundamental da Escola Girassol, para a realização da aplicação de um questionário, a partir do qual foi realizada a análise dos dados. Esta categoria tornou-se balizadora no processo de análise e interpretação dos dados, pois, amparado no referencial teórico, foi possível ir explicitando a realidade vivenciada e, ao mesmo tempo, apresentando a compreensão desta realidade, permitindo assim conseguir as respostas para as questões desta pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa qualitativa tem um caráter exploratório, uma vez que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão. Na pesquisa qualitativa, os dados, em vez de serem tabulados, de forma a apresentar um resultado preciso, são retratados por meio de relatórios, levando-se em conta aspectos tidos como relevantes, como as opiniões e comentários do público entrevistado.

O estudo empreendido permitiu compreender de que forma as professoras pesquisadas veem os desafios para o cumprimento da Lei nº 13.146/2015 no processo de ensino-aprendizagem das PCD nas escolas públicas municipais de Itapetinga – BA, uma vez que a Educação Inclusiva oportuniza não só a aprendizagem do indivíduo considerado como PCD, mas também o seu crescimento como um todo e sua compreensão de mundo, além de desenvolver ações de cooperação e interação que estimulam a convivência em grupo, pois a inclusão oferece condições para o aluno vivenciar situações problemas, experiências com a lógica e o raciocínio, atividades físicas e mentais que favorecem a sociabilidade e estimulam as reações afetivas, sociais, morais, cognitivas, culturais e linguísticas.

Através da aplicação do questionário, observou-se que os professores pesquisados apresentam uma facilidade para expor as suas respostas acerca do que lhes foi questionado e todos disseram que na unidade escolar onde trabalham tem alunos PCDS matriculados, como também são conhecedores da Lei 13.146/2015, que é a Lei de Inclusão.

Apresentando poucas divergências nas suas respostas sobre a concepção da educação inclusiva e Educação Especial, os professores pesquisados disseram:

Profª A – A educação inclusiva está para todos os alunos em todas as modalidades de ensino e a Educação especial está para os alunos com alguma deficiência ou síndrome.

Profª B – Pra mim, a educação inclusiva abarca todos os alunos e a educação Especial pode se definir como uma forma de incluir o aluno com deficiência na escola de currículo regular.

Profª C – A educação inclusiva engloba os diversos alunos e a Educação Especial está ligada à possibilidade integrar alunos com alguma necessidade educativa especial, fazendo com que, estes se sintam valorizados e respeitados.

Profª D – A educação inclusiva possibilita a socialização da totalidade de alunos da escola, enquanto que a Educação Especial permite a condição humana e de aprendente dos alunos com deficiência.

Profª E – Promover a educação inclusiva inclusão de alunos com deficiências na escola é poder trabalhar com cada aluno respeitando as suas limitações e possibilidades de situações promotoras da melhoria da vida escolar e social que promovam a melhoria na vida escolar e social.

Profª F – A educação inclusiva está fundamentada sobre a ideia de direitos e valores humanos, correlacionados à inúmeras possibilidades de aprendizagens para as pessoas com deficiência, como uma forma de promover o acesso e a permanência.

As respostas citadas anteriormente possibilitaram a compreensão do pensamento de Aranha (2001) sobre o que é verdadeiramente inclusão:

A ideia de inclusão fundamenta-se numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social (Aranha, 2001, p. 35).

Desta forma, fica entendido, através da fala dos professores, que a inclusão é uma questão fundamental na construção de uma sociedade diversa e igualitária. Ela garante que todos, independentemente de suas características, tenham respeitados os seus direitos à educação, saúde, trabalho, entre outros.

Quando perguntado sobre o(s) desafio(s) trazido(s) pela escola para realizar inclusão de alunos PCDs, os agentes pesquisados disseram que os benefícios estão centrados na interação entre os atores educacionais que trabalham diretamente no processo de ensino e aprendizagem, mas que é preciso priorizar o individual em detrimento do coletivo. A fala das professoras se direcionou para:

Profª A – Um grande desafio para mim, é a falta de preparação dos professores e do ambiente escolar.

Profª B – Eu vejo como um grande desafio para a verdadeira inclusão, a resistência de alguns responsáveis que podem temer incluir o filho em uma

escola regular, já que antigamente esses estudantes tinham espaço para estudar apenas nas escolas especiais.

Prof<sup>ª</sup> C – Um dos maiores desafios para se realizar verdadeiramente a inclusão no ambiente escolar é que a maioria dos docentes não tem a preparação necessária para tal finalidade e se vê perdida quando o assunto é inclusão na escola.

Prof<sup>ª</sup> D – O maior desafio é a falta de recursos na escola, sejam eles materiais ou pedagógicos, que busquem atender aos indivíduos PCDs, o que acaba por dificultar o desenvolvimento integral dos alunos com necessidades educativas especiais.

Prof<sup>ª</sup> E – Um dos grandes desafios para a ocorrência da educação inclusiva no Brasil refere-se à despreparação da comunidade escolar para lidar com a inclusão.

Prof<sup>ª</sup> F- A falta de recursos na manutenção da escola pública é um desafio para acontecer a educação especial e os seus alunos público-alvo desenvolver as suas habilidades, possibilitando, assim, um aprendizado de excelência, pois, muitas escolas não podem oferecer material didático adaptado, equipamentos especializados, espaços acessíveis e profissionais capacitados para tratar a diversidade de necessidades dos alunos.

Neste sentido, o docente precisa estimular e propiciar situações em que os alunos trabalhem com suas singularidades. E promova atividades diversas respeitando as multiplicidades da sala de aula. Minetto (2008) afirma que para que isso seja possível

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas (Minetto, 2008, p. 101).

Na concepção de Oliveira e Veloso (2014), os desafios da Educação Inclusiva no Brasil apresentam inicialmente os aspectos legais desse direito, assim os autores citam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como um dos marcos importante para a vida e educação de crianças e jovens e neste esta explicito em seu art. 54, III que: “É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente [...] Atendimento Educacional Especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Sobre a estrutura da escola adequada para os PCDs, no que se refere às rampas, ao piso tátil e o intérprete de Libras os agentes da pesquisa disseram que sim, mas o profissional intérprete de Libras tem uma formação básica.

A inclusão escolar versa sobre o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem pautada em direitos humanos, no sentido de responder às necessidades, habilidades e características de todos, incluindo discussões e desdobramentos necessários para aprendizagem bem-sucedida do público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns de

ensino regular (Fonseca *et al.*, 2018). Entretanto, segundo Silva Filho e Kassar (2019), a inserção desses alunos nas escolas nas escolas de currículo regular, principalmente aqueles com deficiência ou mobilidade reduzida, tem demandado mudanças na organização dos espaços escolares, no que se refere à estrutura física e materiais como uma forma de possibilitar a efetiva inclusão dos alunos PCDs.

A fim de contribuir com a inserção de alunos nas escolas nas escolas de currículo regular, desde 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) vem destacando a urgência de repensar a construção de sistemas educacionais que demandem uma mudança estrutural e cultural da escola, em que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas.

Em relação à formação específica dos professores sobre a inclusão com alunos com necessidades educativas especiais, todos os sujeitos da pesquisa disseram não ter uma formação para trabalhar com os alunos PCDs, mesmo existindo diversos cursos oferecidos por inúmeras instituições que proporcionam uma formação continuada para auxiliar o docente a pensar práticas pedagógicas que deem conta da demanda que ele recebe. Assim, é importante entender que todas as pessoas possuem deficiências e estão sempre se aprimorando e procurando vencer seus déficits, isso faz parte da condição humana.

Não pode perder de vista que a Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades educativas, realizando o Atendimento Educacional Especializado - AEE, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas das escolas do ensino regular. O AEE refere-se a um serviço desenvolvido por um profissional especializado em educação inclusiva, que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade com foco na eliminação das barreiras para a plena participação dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

Neste sentido, foi perguntado aos profissionais participantes da pesquisa se na unidade escolar, onde desenvolvem o trabalho docente, possui AEE, foram unânimes em apresentar uma resposta afirmativa, sendo realizado na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola, no turno mesmo turno da escolarização do aluno com NEE, como também no espaço da sala de aula com o professor auxiliar, que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante, cumprindo a ordenança jurídica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever

do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A situação da Educação Especial ser verdadeiramente inclusiva não deve se limitar apenas ao aspecto didático-pedagógico, pois, esta deve ser também socioafetiva. Portanto, o estudante com NEE deve sentir-se acolhido e perceber que a diversidade não se constitui um obstáculo e sim um estímulo para a formação de consciência de todos os envolvidos no processo socioeducacional e afetivo.

Logo, essas condições devem ser uma exigência da atenção da comunidade escolar como uma forma de viabilizar ao conjunto de alunos, de maneira indistinta, o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e ao conjunto de experiências curriculares disponibilizadas ao ambiente educacional, a despeito de necessidades diferenciadas que possam apresentar, conforme ideias presentes em vários documentos oficiais (Brasil, 1996).

Assim, uma escola para ser inclusiva, faz-se necessário a adoção de adaptações curriculares, no qual os recursos didático-pedagógicos sejam adaptados, por parte dos professores da rede regular de ensino que recebem.

Para Souza (2007), recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino - aprendizagem do conteúdo proposto a ser aplicado pelo professor a seus alunos. Diante deste contexto, foi perguntado, aos pesquisados, sobre a disponibilização de materiais didáticos adaptados para aluno PCD na escola e disseram que sim, pois a utilização dos *recursos* didáticos no processo de ensino e aprendizagem torna-se de suma importância para que o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, por facilitar a assimilação do conteúdo trabalho (Souza, 2007).

A inclusão escolar é fundamental para a garantia dos direitos e para o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. Entretanto, a inclusão só acontecerá de maneira efetiva e eficaz quando se banir os desafios para o cumprimento da Lei de Inclusão. Logo, perguntou-se aos agentes pesquisados sobre os principais desafios enfrentados pela escola no cumprimento da Lei nº 13146/2015 e eles disseram que estão ancoradas em:

Profª A – A falta de profissionais preparados tem impossibilitado muitas pessoas com deficiência em se comunicar, afetando a vida destas pessoas com deficiência, principalmente para as pessoas surdas ou com deficiência auditiva, cegas ou com baixa visão, com deficiência intelectual.

Profª B – As pessoas que dependem de recursos de acessibilidade para se locomover, tem se deparado com as barreiras arquitetônicas dos espaços escolares, impedindo que estas pessoas desfrutem e ocupem os espaços físicos.

Profª C – As atitudes e comportamentos das pessoas no estabelecimento das relações interpessoais, pois tem privilegiado os preconceitos contra as PCDs.

Profª D – O acesso da pessoa com deficiência às tecnologias no universo educativo é muito pequeno, pois estes recursos são inacessíveis às PCDs.

Profª E – A divulgação da Lei de Inclusão, pois muitas PCDs não sabem os direitos estabelecidos por esta lei.

Profª F – A inclusão só acontecerá de fato quando todos os direitos das PCDs forem respeitados e deixar de acontecer a exclusão, a segregação, a discriminação ou o capacitismo.

Dessa forma, é possível falar a implantação do processo inclusivo é demasiadamente complexo dentro da realidade da rede pública de ensino e segundo Silva (2014), essa dificuldade justifica-se porque a educação inclusiva deve fazer parte do projeto político pedagógico que tem início na secretaria de educação e que convoca a todos os atores educacionais a fazer parte deste processo da inclusão escolar como requisito básico para o verdadeiro exercício da *Lei nº 13146/2015*.

## Considerações Finais

A realização do trabalho possibilitou o entendimento de que inclusão é uma temática abrangente e deve ser discutido em todos os setores da sociedade. A inclusão começa com a sua própria exclusão, ao negar os direitos legalmente instituídos, embora estes sejam legalmente reconhecidos, sendo, portanto, necessário estabelecer as regras e teorias para, de fato, implantar a inclusão de alunos PCDs no universo educativo

Com o estudo, ficou perceptível que diversos são os desafios vividos e vivenciados para acontecer o processo de inclusão, mas é preciso destacar que a falta de formação dos professores, a falta de estrutura arquitetônica e de material didático-pedagógico se configuram como grandes desafios para a escola tornar-se eficazmente inclusiva.

Assim, ficou notório que a Lei de Inclusão - Lei nº 13146/2015 traz no seu bojo a necessidade de atendimento diferenciado para as PCDs. Logo, convencionou-se chamar de Educação Especial ou Atendimento Educacional Especializado na escola de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio ou, também denominada de pedagogia diferenciada ou poderia ser chama ainda de o especial da educação, para suprir a especificidade de determinados grupos.

Por fim, nota-se com este estudo a existência do esforço dos docentes que atuam diretamente com alunos com deficiência, o desejo de efetuar uma prática pedagógica que contemple a Educação Inclusiva, e que, partindo dela, alcance os avanços com os alunos com deficiência, fazendo acontecer um novo modelo de escola, dentro de uma perspectiva de

construção das verdadeiras relações sociais, nas quais os agentes educacionais se percebiam como tais, dentro de um processo de ensino e aprendizagem que contemple de fato a diversidade humana, onde incluir não se confunda com integrar e, que prevaleça a defesa dos direitos humanos, enquanto sujeitos de direitos.

## Referências

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n.º 21, março, 2001.

BERTAZZOLI SRNF, SILVA CRS. **Deficiente Físico no Ensino Regular é Possível?** Anuário da Produção Científica dos Cursos de Pós-Graduação, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

CROCHIC, J. L. Educação Inclusiva, subjetividade, preconceito e direitos humanos. In: SILVA, A. M. M.; COSTA, V. A. da. (org.) **Educação Inclusiva e Direitos Humanos: perspectivas contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2015.

DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, Brasília, v. 28, p. 1-8, 2003. **SérieAnis 28**, Brasília, LetrasLivres, p. 1-8, julho, 2003

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações.** Curitiba: IBPEX, 2012.

FAZENDA, I. Dificuldades comuns entre os que pesquisam educação. In: FAZENDA, I. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 2021.

FONSECA, T. da S.; FREITAS, C. S. C.; NEGREIROS, F. Psicologia escolar e educação inclusiva: A atuação junto aos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 3, p. 427-440, jul./set., 2018.

FREITAS, K. S. de; PILLA, S. B. Gestão Democrática da Educação. In. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pradime: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação.** Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2004.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, G. R. **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MINETTO, M. F. **O Currículo na Educação Inclusiva**: entendendo esse desafio. Curitiba: IBPEX, 2008.

MITTLER Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed 2003.

OLIVEIRA, G. G.; VELOSO, L.M. M. Principais desafios da inclusão dos alunos com deficiência no sistema educacional. **Revista Brasileira de Educação Básica**. 2014. Disponível em: [beducacaobasica.com.br/principais-desafios-na-inclusao-dos-alunoscom-deficiencia-no-sistemaeducacional](http://beducacaobasica.com.br/principais-desafios-na-inclusao-dos-alunoscom-deficiencia-no-sistemaeducacional). Acesso em 11 mar. 2023.

PEREIRA, S. M. C.; DUARTE, M. R. T. Relações Intergovernamentais e Planejamento Educacional. In: Reunião Nacional da Anped, 40, 2021, Pará. **Anais [...]**. 40, Pará, 2021.

SILVA FILHO, D. M. da; KASSAR, M. de C. M. Acessibilidade nas escolas como uma questão de direitos humanos. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. e27, p. 1–19, 2019.

SOUSA, D. C. **Psicomotricidade**: integração, pais, crianças e escola. Fortaleza: Ed. Livro Técnico, 2004.

VIDAL, D. G. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-88, 2013.

## SOBRE OS AUTORES

**Jusceleide Moreira de Souza**. Mestre em Educação, Especialista em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). <http://lattes.cnpq.br/8457181163146276>

**Naiane de Araujo Guimarães Martins**. Especialista em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Graduada em Letras, Língua Inglesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduada em Direito pelo Centro Universitário UNIFG. <http://lattes.cnpq.br/2088118607890985>

**Wermerson Meira Silva**. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UESB). <http://lattes.cnpq.br/3294561363511278>

## Como citar

SOUZA, Jusceleide Moreira de; MARTINS, Naiane de Araujo Guimarães; SILVA, Wermerson Meira. Um retrato sobre o autismo no Brasil: avançamos em políticas públicas?. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Itapetinga, v. 6, n. 13, p. 1-23, jan./dez., 2025.

